

Eixo Temático ET-13-032 - Educação Ambiental

## **O ESTUDO DO MEIO COMO PROPOSIÇÃO NA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM GEOGRAFIA**

Josenildo da Silva Martins

Prof. Assistente - Prefeitura Municipal de Extremoz/RN; Mestre em Geografia - DG/PPGe/UFRN; Especialista em Geografia do Semiárido e Educação Ambiental - IFRN/EAD/UAB; Graduado em Geografia - IFRN. E-mail: josenildomartins.forever@hotmail.com

### **RESUMO**

O artigo em tela discute o trabalho de campo no processo de ensino e aprendizagem em Geografia a partir do Estudo do Meio como proposição na prática de educação ambiental. Apresenta, na sua essência, a preocupação com essa proposição nos níveis teórico, metodológico e prático, capaz de avançar na articulação desta prática teoricamente orientada, de abordá-la no diálogo interdisciplinar e de dirigi-la para o olhar crítico sobre a realidade associado à ação transformadora. Efetivar um diálogo entre o conhecimento geográfico e a Educação Ambiental (EA) é objetivo maior deste estudo. Dentre as técnicas de pesquisas que validam o trabalho científico, a metodologia deste artigo está pautada na pesquisa bibliográfica no âmbito da literatura que versa sobre Ensino de Geografia e Educação Ambiental. Como resultado, emerge a necessidade de uma (re)educação pautada em uma visão integrada, consciente e reflexiva do ambiente a partir do compromisso ético e cidadão.

**Palavras-chave:** Estudo do Meio; Educação Ambiental; Ensino de Geografia.

### **INTRODUÇÃO**

O artigo em tela destaca, dentre a problemática que assola o trabalho de campo no processo de ensino e aprendizagem em Geografia, a preocupação com proposições teóricas, metodológicas e práticas que viabilizem um diálogo entre o conhecimento geográfico e a Educação Ambiental (EA). Efetivar esse diálogo é objetivo maior da análise em curso e, quiçá, seja a contribuição diferencial do estudo à discussão pela inserção do processo de EA no exame espacial. Para tanto, põe em xeque o Estudo do Meio, imprescindível à ciência geográfica, como um elo capaz de viabilizar o diálogo por acreditar que este exame do/no espaço tem um potencial capaz de revelar como as pessoas apreendem o ambiente, como dependem dele, como o afetam e como podem promover sua sustentabilidade.

A necessidade de se realizar este diálogo reside na justificativa de que é preponderante o conhecimento e o cuidado do/com o ambiente do qual a humanidade faz parte e necessita em grande medida para (sobre)viver. Principalmente no contexto da atual sociedade pautada no paradigma consumista em nível caótico sem precedente e insustentável. Pensando assim, deve-se ter na base a práxis ação-reflexão-ação na medida em que o educador desse/nesse “novo processo” é, antes de tudo, um educador democrático e participativo que não pode negar-se o dever de, na sua prática docente,

reforçar a capacidade crítica do educando (FREIRE, 2002) frente ao “meio” que lhe estrutura e do qual ele é estrutura.

Embora a discussão sobre trabalho de campo seja pequena, significativos textos de geógrafos experientes estão disponíveis para leitura desde as décadas de 70 e 80 (SUERTUEGARAY, 2002). Destes, o artigo em tela destaca reedições de 1985 de textos que trazem as contribuições de Kaiser (2006) e Lacoste (2006). Destaca, também, as contribuições de Suertuegaray (2002), Serpa (2006), Malysz (2007) e Pontuschka (2008), para citar, senão, os pioneiros na abordagem do sentido e da natureza teórico, metodológico e prático deste procedimento na ciência geográfica.

Posto estas leituras, a pesquisa bibliográfica revelou uma necessidade latente de se avançar na articulação desta prática teoricamente orientada, de abordá-la no diálogo interdisciplinar e de dirigi-la para o olhar crítico sobre a realidade associado à ação transformadora, ou melhor, a ação de (re)conhecer a realidade para que nela se possa intervir. Nessa empreitada, acredita-se que a Educação Ambiental cumprirá fundamental papel.

No amplo leque que se insere esta discussão, defende-se a proposta de uma Educação Ambiental interdisciplinar que seja capaz de lidar com a realidade socioespacial, de adotar uma abordagem que considere todos os aspectos que compõem a questão ambiental (socioculturais, políticos, científico-tecnológicos, éticos, ecológicos) e que seja capaz também de ser um agente otimizador de novos processos educativos que conduzam as pessoas por caminhos onde se vislumbre a possibilidade de mudança e melhoria do seu ambiente total e de qualidade da sua experiência humana no espaço (DIAS, 2004).

Dessa forma, comunga-se com Serpa (2006, p. 10) a ideia de que:

O trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade, bairro ou região uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado.

Para tanto, dentre as técnicas de pesquisas que validam o trabalho científico, a metodologia deste artigo está pautada na pesquisa bibliográfica. Dessa forma, o desenvolvimento dar-se a partir de material bibliográfico já elaborado sendo, pois, que sua principal vantagem “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1999, p. 65).

Acredita-se que a validade do conhecimento científico se dá, em grande medida, pelo arranjo teórico, prático e metodológico que a pesquisa obedece na configuração do exercício acadêmico. Outrossim, a pesquisa é uma “atividade básica da ciência na sua indagação e (re)construção da “realidade”. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo” (MINAYO, 2008, p. 16). Nesse sentido, embora a pesquisa em tela seja um contributo teórico e metodológico ao exame da realidade pela ciência geográfica, ela estar vinculando pensamento e ação e conferindo ao plano científico, além desses níveis, a possibilidade de verificá-los no nível prático da Educação Ambiental.

Além dessa primeira seção de caráter introdutório, este artigo compõe-se por mais quatro seções. A segunda trata do esforço de se construir um elo capaz de estabelecer um diálogo entre Educação Ambiental e Ensino de Geografia, ao mesmo

tempo em que define as categorias basilares ao entendimento do estudo. A terceira trata de definir o Estudo do Meio, de explicar os elementos que o configura enquanto metodologia de ensino e de pesquisa e o elege como proposição à análise espacial e ao Ensino de Geografia como base nos preceitos da Educação Ambiental. A quarta seção faz as considerações finais sobre o artigo e a quinta, por sua vez, disponibiliza as Referências Bibliográficas que subsidiarão as reflexões.

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENSINO DE GEOGRAFIA: CONSTRUINDO ELOS PARA O ESTUDO DO MEIO COMO PROPOSIÇÃO**

A preocupação em estudar o “meio” e as relações que nele se estruturam e que são estruturas por este, sempre esteve na pauta dos estudos geográficos. Em grande medida, está pauta constituía-se na preocupação da dicotomia entre geografia física e geografia humana. Entre o estudo da natureza e o estudo da sociedade. Este artigo é sensível a essa dicotomia, entende que a superação é possível e acredita que um diálogo efetivo pode ser realizado por meio de uma discussão no âmbito de uma Educação Ambiental que se preocupe com o papel que o espaço tem na vida da humanidade. Seja como está depende dele, com afeta-o, seja no sentido de como essa humanidade pode promover sua sustentabilidade.

Nesse sentido, do ponto de vista de sua construção e configuração, o “meio” é encarado, no exercício em tela, a partir da relação sociedade-natureza conjuntamente. Salientando que nem sempre esse entendimento se deu dessa forma. Então, faz-se necessário levantar um questionamento basilar: Como, na verdade, o “meio” (ambiente) foi tratado pela Geografia?

Mendonça (2004) ajuda na busca por essa resposta ao dividir a história do pensamento geográfico em dois grandes momentos. O primeiro que vai da origem desta área como ciência no século XIX até meadas dos anos 1950 e 1960 do século XX, e o segundo momento que vai de meadas dos anos 1960 até os dias atuais. Em linhas gerais, no primeiro momento, de cunho naturalista, por “meio” (ambiente) se entende “a descrição do quadro natural do planeta compreendido pelo relevo, clima, vegetação, hidrografia, fauna e flora dissociadamente do homem ou de qualquer sociedade humana” (MENDONÇA, 2004, p. 22). Apesar dessa dissociação, infere-se que o trabalho de campo já cumpria fundamental importância no exame do “meio”. No segundo momento, o “meio” é visto como “um recurso a ser utilizado e como tal deve ser analisado e protegido, de acordo com suas diferentes condições, numa atitude de respeito, conservação e preservação” (MENDONÇA, 2004, p. 66).

Engajado na preocupação com proposições capazes de contribuir na transformação da realidade por meio da busca e análise do meio, este artigo está arregrado de elementos desse segundo momento. Para tanto, sente-se a necessidade de adotar o conceito de Educação Ambiental pautado na perspectiva de que esta

[...] deverá desempenhar o importante e fundamental papel de promover e estimular a aderência das pessoas e da sociedade, como um todo, a esse novo paradigma. Aliás, este não seria o papel apenas da Educação Ambiental, mas da Educação, como um todo (DIAS, 2004, p. 100).

Esta perspectiva configura e compõe a problemática em tela e é capaz de manter uma relação onde o cuidado com o meio e a compaixão pela terra (BOFF, 1999) estejam

sempre em primeiro plano. Pensando assim, perceber, mobilizar, sensibilizar e conscientizar são ações indispensáveis a esse “novo” processo. Isso exige uma (re)educação na construção de um mundo e de uma sociedade mais justa, igualitária, crítica e preocupada com o cuidado com o “meio”, na medida em que se faz necessária uma visão integrada, consciente e reflexiva do ambiente a partir da articulação de experiências políticas, econômicas, culturais, desenvolvidas no âmbito do compromisso ético e cidadão.

Destarte, acredita-se que potencializar os sujeitos por meio da mobilização, sensibilização, conscientização e a partir da percepção espacial, se torna uma empreitada louvável ao exame do espaço, que encontra nos procedimentos metodológicos do Estudo do Meio um celeiro propício capaz de estabelece elos entre a prática de Ensino em Geografia e a Educação Ambiental.

Ora, é também a partir da percepção que se mobiliza, se sensibiliza e se conscientiza quem entra em contato direto com a realidade e seus problemas. Isto dito, acredita-se que neste diálogo reside ações educativas mais eficientes e, principalmente, mais direcionadas ao exame do espaço com base nos princípios de cuidado com o “meio”.

Pensando assim, é preciso que haja a inquietação pela maneira como o espaço é sentido, pela maneira com o “meio” é percebido (CLAVAL, 1983) e como se pode contribuir para a qualidade de vida no espaço. Ora, a percepção se faz necessária por ela ser “o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 6).

Quanto ao conceito de ensino, defende-se, antes de tudo, como um processo social, como um agente de mudanças sociais e uma conquista democrática, tendo em vista que ele “é e pode ser ao mesmo tempo instrumento de libertação ou dominação” (VESENTINI, 2003, p. 17). Assim concebido, o ensino se configura também como sendo um conjunto processual e interconectado de elementos que possam funcionar de maneira dinâmica, planejada e flexível. De maneira que possibilite a construção do conhecimento a partir de vivências e interações dos sujeitos com o “meio”, com a realidade, constituindo-se, pois, como uma “prática social” (CAVALCANTI, 2008).

Logo, no diálogo entre Educação Ambiental e Ensino de Geografia reside os elementos capazes de configurar o Estudo do Meio como uma proposição facilitadora da prática de EA no espaço. Ora, a Geografia não trata o espaço nem como um mero reflexo social, nem determinado pelo social, mas como “uma condição necessária para que a sociedade se organize e consiga viver sob determinadas formas, ele é um elemento estrutural e estruturante” (GOMES, 2013, p.119). Dessa forma, construir uma visão integrada, consciente e reflexiva do ambiente a partir da articulação de experiências educativas percebidas e vividas espacialmente, desenvolvidas no âmbito do compromisso ético e ambiental, se faz necessário, uma vez que se precisa potencializar os agentes individuais e coletivos para que eles despertem o senso crítico-reflexivo diante dessa realidade e possa agir em prol a melhoria do ambiente.

É nessa perspectiva que se efetiva também a relação sociedade-natureza na qual natureza e humanidade devam ser compreendidos como elementos estruturais e estruturantes da teia que sustenta a dinâmica do espaço e da vida na Terra. Principalmente nessa época, quando a humanidade vive no contexto de uma sociedade consumista onde a “necessidade” de uso insustentável do “meio” é preponderante.

O termo “consumismo”, nesse cenário, faz referência à atividade de usar até a exaustão os recursos do Planeta. Sendo que, até algumas décadas atrás, antes da

consolidação internacional da sociedade de consumo, o termo “consumir” era empregado no sentido de “usar”. Atualmente, é também sinônimo de “usar à exaustão”, com a ideia de “consumação” (HELENE; HELENE, 1998).

Insiste-se, pois, na necessidade latente de uma (re)educação dos sujeitos sociais numa perspectiva crítica capaz de libertá-los das injustiças socioambientais. Uma (re)educação no âmbito de uma cidadania mais preocupada com o ambiente e no contexto de uma prática de ensino onde se vislumbre e seja efetivado a práxis ação-reflexão-ação. Práxis significa, nesta discussão, “ação transformadora”. Esta ação está pautada “numa antropologia que considera o homem um ser incompleto, inconcluso e inacabado e, por isso, um ser criador, sujeito da história, que se transforma na medida mesma em que transforma o mundo” (GADOTTI, 2010, p. 30, sic).

Neste quadro, pensa-se que a discussão em tela se torna relevante na construção e “formação” desses sujeitos, seja porque os estudos na Geografia ainda apresentam uma lacuna considerável na discussão da EA atrelada à prática de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, não deram conta de toda a dimensão do problema nesse diálogo, seja porque, na abordagem sugerida neste estudo, o problema está sendo encarado numa perspectiva teórico-metodológica interdisciplinar pouco utilizada na ciência geográfica.

Ora, já alertava Santos (2004, p.129) que:

A geografia padece, mais do que as outras disciplinas, de uma interdisciplinaridade pobre e isso está ligado de um lado à natureza diversa e múltipla dos fenômenos com que trabalha o geógrafo e, de outro lado, a própria formação universitária do geógrafo.

Desta assertiva, tem-se então a necessidade de se levar em consideração a multiplicidade de aspectos para se construir uma totalidade nítida do problema de forma que se possa mobilizar, sensibilizar e conscientizar o sujeito e a coletividade em prol a melhoria e sustentabilidade do “meio”. Logo, os preceitos de Educação Ambiental, bem como a metodologia de Estudo do Meio, a ser proposta nas reflexões subsequentes, podem oferecer contributos importantíssimos à prática de Ensino em Geografia e, conseqüentemente, ao exame espacial.

## **O ESTUDO DO MEIO COMO PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA: POR UMA PRÁTICA TEORICAMENTE ORIENTADA**

Os trabalhos sobre metodologias de ensino e de pesquisa destinadas aos professores de Geografia não são novos, pois, desde o século XIX tais debates foram implementados (ALBUQUERQUE, 2011). Entretanto, acredita-se que ainda existam possibilidades de contribuições visando orientar as saídas de alunos e professores de sala de aula, quando esses buscam se aproximar da realidade para nela intervir. Outrossim, para estimular a produção de conhecimento em geografia (ALBUQUERQUE et al., 2012) e reforçar a capacidade perceptiva e crítica dos sujeitos. É nesse sentido que reside a inserção da Educação Ambiental no diálogo, direcionamento e efetivação da prática de ensino e aprendizagem em Geografia.

Nessa empreitada, de acordo com os métodos de abordagens e as técnicas subsidiárias de procedimentos na construção do conhecimento, podem-se ter diferentes leituras de mundo a partir do exame espacial. Ora, os diferentes métodos encaminham formas diferenciadas de pesquisa de campo. Suertegaray (2002) propõe esse

entendimento e contribui no esclarecimento dessa assertiva ao afirmar que o campo tem diferentes papéis de acordo com o método de abordagem: no método positivista, o campo (realidade concreta) é externo ao sujeito. O conhecimento, a verdade, está no objeto, portanto no campo, no que se vê. No método neo-positivista o campo como realidade empírica é externo ao sujeito. Nesta perspectiva, o campo como realidade externa é uma construção do sujeito.

Ainda segundo Suertegaray (2002), no método dialético, o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é em uma outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto. Pesquisar pressupõe reconhecer para intervir. Já no método fenomenológico, para Suertegaray (2002), o campo é a expressão das diferentes leituras do mundo. É o lugar (da observação e da sistematização) do olhar do outro - daí o método fenomenológico dizer da necessidade de se colocar no lugar de. Negando o positivismo, este método não separa sujeito e objeto. Por sua vez, a compreensão da hermenêutica, diz que o campo é a interação do sujeito no seu caminhar e pensar com o objeto. O sujeito como ponto de partida do conhecimento promove, a partir de sua vivência, a ação que desencadeia o processo de conhecimento e (re)construção do mundo.

Mesmo assim, acredita-se que nas diferentes maneiras de leitura e apreensão do mundo e da “realidade”, esses métodos não devem ser adotados de maneiras rígidas. Ora, elementos de um método podem estar no outro, sem necessariamente eliminar a cientificidade no momento do “rigor” de se “fazer ciência”.

Esleu-se o estudo do meio como proposição capaz de direcionar e efetivar o diálogo entre o conhecimento geográfico e a Educação Ambiental por acreditar-se também que esta metodologia “nos possibilita perceber a ação da sociedade no espaço e no tempo e também nos perceber como sujeitos” (MALYSZ, 2007, p. 171). Outrossim, porque o estudo do meio:

[...] coloca os estudantes em contato com as populações, com as observações das paisagens, com os depoimentos obtidos, revelando uma realidade oculta que, analisada, [permite] o desenvolvimento de uma consciência social e a percepção de intervenções possíveis, ou seja, o entendimento da teia de relações sociais que estão por trás da paisagem, por trás das falas das pessoas e da aparência, para se chegar a essência (PONTUSCHKA, 2006, p. 4).

Desse cenário emergem elementos que podem configurar os procedimentos necessários ao exame do “meio”. Veja bem, o contato com as populações e os depoimentos a serem obtidos no Estudo do Meio podem ser alcançados por meio de entrevistas. Dentre as mais diversas formas, a semiestruturada é uma possibilidade válida. De acordo com May (2004, p. 149), a semiestruturação tem um “caráter aberto”, isto é, o entrevistado responde às perguntas solicitadas dentro de sua concepção, mesmo assim, o pesquisador não deve perder de vista o seu foco.

O contato se faz necessário uma vez que não se sensibiliza quem não entra em contato direto com a realidade e seus problemas a fim das melhorias (PONTUSCHKA, 2006). Esse contato se dá na forma de “visita física” ao campo de estudo onde será possível a percepção ambiental/espacial para intervenções possíveis. Onde, também, é possível ver as aparências para se chegar à essência.

Na observação do “meio”, os sujeitos coletaram os dados para conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. “Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (MARCONI e LAKATOS, 2004, p. 275). Ora, “uma coisa é observar para tentar compreender, registrar os fenômenos para os interpretar com o apoio da explicação geral; uma outra é ir ‘à pesquisa’ como quem vai ao zoológico ou ao safári!” (KAISER, 2006 p. 100).

Nesta técnica subsidiária ao Estudo do Meio, “o lugar do olhar”, para usar a expressão de Gomes (2013), adquire magnitude: o prazer da observação! “Técnica” em que o olhar e o ver levarão ao ato de examinar, anotar, interrogar, refletir, interpretar. “A observação ou, para usar o vocabulário da época, a contemplação foi um atributo básico da Geografia Clássica” (GOMES, 2013, p. 8). E, hoje (re)ver-se seu retorno, principalmente, no Estudo do Meio.

Para Gomes (2013, p. 31-2):

O olhar percorre e não se fixa. Por isso, ver algo significa extraí-lo dessa homogeneidade indistinta do olhar, significa conferir atenção, tratar esse algo como especial. A diferença entre olhar e ver consiste, portanto, no fato que o olhar dirige o foco e os ângulos de visão, constrói um campo visual; ver significa conferir atenção, notar, perceber, individualizar coisas dentro desse grande campo visual construído pelo olhar.

Isso dito, acredita-se que esses são procedimentos fundamentais que configuram o Estudo do Meio e, conseqüentemente, qualificam o conteúdo deste, como proposição metodológica que ora se faz ao exame do espaço pela ciência geográfica. Desta proposição emerge um conjunto de elementos que permitiram ver certas coisas no espaço. A relação sociedade-natureza e, conseqüentemente, contributos para análises dos problemas socioambientais na medida em que se exige uma (re)educação ambiental preocupada com esta relação que tem se apresentado insustentável, é um exemplo de grande valia que o Estudo do Meio pode dar seu contributo. Seja pela interação que ele confere entre os sujeitos e entre esses e o “meio”, seja pelos suportes que ele oferece à construção do conhecimento.

Mas, como “fazê-lo”?<sup>2</sup> De fato, uma pergunta pertinente. pesquisa de campo é coisa séria! Não se trata de uma receita, nem muito menos um passeio turístico. Cada qual com suas particularidades. Mas, acredita-se que foram disponibilizados elementos necessários à prática teoricamente orientada. Viu-se, no decorrer da proposta deste artigo, que o método deve orientar os procedimentos, direcionamentos e efetivação do Estudo do Meio. No entanto, existe certo consenso em organizá-lo em três etapas principais: 1) preparação; 2) a(s) saída(s) e, 3) a sistematização do saber.

Na preparação, sugere-se que seja discutida a escolha do *locus* de estudo, que se faça visita preliminar ao local, que se consulte sobre a segurança do local, principalmente se este oferecer risco à equipe e/ou ao indivíduo, isto é, uma avaliação prévia do *locus*. Também é muito válido que se trace o percurso e que se justifique a

---

<sup>2</sup>A empreitada para responder a essa pergunta é diversa e, como já foi sinalizado, depende da posição metódica que se adote. No entanto, sugere-se a leitura de MARTINS e SILVA, para ajudar o leitor a construir propostas de estudo do meio.

necessidade e relevância da ação. Estabelecer os objetivos a serem alcançados, verificar que metodologias são mais pertinentes ao exame do “meio” e sob que viés pretende-se apreender a realidade, é imprescindível. Na (s) saída (s), sugere-se ter sempre em mãos o plano de orientação do estudo, material pra anotações, filmagens, fotografias e está sempre teoricamente orientado, se isso for pertinente ao método! Sim, porque possa ser que seja importante não levantar hipóteses, nem ir ao campo cheio de preconceitos querendo “encaixar a realidade” na sua teoria. A fenomenologia, por exemplo, solicita à proposta, deixar o “campo falar”! Tudo isso será levado em consideração na sistematização do saber.

No momento de sistematização, sugere-se, então, que seja avaliado todo o percurso, os resultados encontrados, se esses resultados condizem com os objetivos traçados, se a metodologia foi suficiente, que leituras foram possíveis ser feitas, que problemas foram identificados e, se for o caso, e é nesse sentido que ora se propõe o Estudo do Meio, pensar medidas mitigadoras para o(s) problema(s) identificado(s). Estas medidas nem sempre estarão ao alcance dos investigadores. Dai elas poderem ser tanto no nível teórico, quanto no nível prático. Mas, também podem ser ao mesmo tempo nos dois níveis.

Em se tratando da proposição em tela, defende-se que estas medidas possam ser teóricas, metodológicas e práticas, de forma processual. Outrossim, que possam e sejam fundamentadas em propostas interdisciplinares eficientes e direcionadas ao cuidado com o “meio” como estrutura e estruturado pelas relações sociais que animam e sustentam a vida no espaço. Dessa forma, a proposta é que o Estudo do Meio possa ser fruto da interação entre sujeitos e entre estes e o (s) fenômeno (s) de estudo (s), resultado da compreensão no âmbito da práxis pedagógica. Assim, acredita-se que se está no mundo para pensá-lo e transformá-lo. Logo, examinar pressupõe (re)conhecer a realidade, conversar com e sobre ela, a fim de sua melhoria.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Estudo do Meio como proposição metodológica tem na sua base um arranjo teórico e prático. Como uma prática teoricamente orientada nos preceitos da Educação Ambiental, cumpre fundamental papel no processo de ensino e aprendizagem em Geografia de maneira interdisciplinar, cidadã e preocupada com o “meio”. Outrossim, cumpre fundamental papel na formação dos professores e estudantes para a (re)construção do conhecimento geográfico.

As reflexões antepostas mostram a possibilidade de se realizar leituras diversas sobre o espaço humano que ao mesmo tempo tem se mostrado fragmentado e articulado. Põe os sujeitos para dialogarem entre si e entre a temática de estudo. Mobiliza, sensibiliza, articula, contribui no processo de ensino e aprendizagem ao mesmo tempo em que contribui no processo paulatino de conscientização dos sujeitos sobre suas as ações no tempo e no espaço.

O Estudo do Meio no âmbito do processo de ensino e aprendizagem e pautado nos preceitos e práticas de Educação Ambiental, promove a construção de conhecimento geográfico, revelando facetas da realidade passada, presente e estimulando mudanças futuras quando se faz necessária. Existe, pois, a necessidade de uma interdisciplinaridade nítida capaz de lidar com a dimensão socioespacial, que também é cultural, política, econômica e cultural.

Além de (re)construir e subsidiar esse quadro, o artigo esforçou-se para esboçar e defender a preocupação com uma proposição teórica, metodológica e prática que viabilize um diálogo entre o conhecimento geográfico e a Educação Ambiental (EA). Ao efetivar esse diálogo como objetivo da discussão, encontrou no Estudo do Meio um celeiro propício pelo arranjo desses três níveis que ele configura na prática pedagógica.

Diante dessas reflexões, defende-se que esta ação tenha relevância tanto para os sujeitos que a planejam como para a comunidade e o meio/espço a ser examinado. Outrossim, que seja pautada no dinamismo, flexibilidade e planejamento, e que seja também capaz de fornecer uma visão integrada, consciente e reflexiva das realidades vividas espacialmente.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. A. M.; ANGELO, M. D. L.; DIAS, A. M. L. Propostas de aula de campo e estudo do meio no Complexo Xingó. **GEOTemas**, v 2, n. 1, p. 111-128, 2012.

ALBUQUERQUE, M. A. M. Século de prática de ensino de geografia: permanências e mudanças. In: REGO, N.; CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, N. A. (Orgs.). **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Penso, 2011. v. 2, p. 13-30.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas: Papyrus, 2008.

CLAVAL, P. A geografia e a percepção do espaço. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 45, n. 2, p. 243-255, 1983.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, P. C. C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HELENE, M. E. M.; HELENE, A. F. Eu consumo, tu consumes.... In: KUPSTAS, M. (Org.). **Ecologia em debates**. São Paulo: Moderna, 1998. p. 97-111.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 93-104, 2006.

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 77-92, 2006.

MALYSZ, S. T. Estudo do meio. In: PASSINI, E. Yasuko et.al. (Orgs.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 171-177.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, J. S.; SILVA, S. C. O estudo do meio como prática metodológica de ensino e de Educação Ambiental na Geografia: considerações para a mobilização e conscientização social. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. (Orgs.). **Educação ambiental: responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. v. 4. p. 1329-1334.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDONÇA, F. A. **Geografia e meio ambiente**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio e ação pedagógica. In: AGB Nacional. (Org.). **A Geografia e a Amazônia no contexto latino americano: diálogos, práticas e percursos**. Rio Branco: AGB Nacional, 2006, v. 1, p. 1-14.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1992.

SERPA, A. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 7-24, 2006.

SUERTUEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em Geografia. **Revista GEOgraphia**, ano 4, n. 7. p. 64-68, 2002.

VESENTINI, J. W. Educação e ensino da geografia: instrumentos de dominação e/ou libertação. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **A geografia em sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 14-33.